

# Coordenação da Comissão Criadora do Cavalo Nacional - CCCCN

### Atividade turfística hoje:

- Mantém uma forte referência histórica/cultural
- Como atividade econômica ainda é relevante
- Sofre o impacto da crise econômica
- Jockeys Club com complicações operacionais e administrativas
- Parcerias internacionais já chegaram ao Brasil
- Necessidade de renovação do marco regulatório
- Segmento Representado pela Câmara Setorial da equideocultura

# Coordenação da Comissão Criadora do Cavalinho Nacional - CCCCN

## Uma história de 60 anos

1956

- Lei 2.820 de 10/07/1956 cria a CCCCN
- Decreto 39.996 de 11/09/1956 regulamenta

1957

- Decreto 41.561 de 22/05/1957 vincula a CCCCN a presidência da República

1962

- Lei 4.096 de 18/07/1962 atribui competências ao MAPA – autorização de competições hípcas em hipódromos

1963

- Decreto 51.816 de 11/03/1963 aumenta competências do MAPA – fiscalização de entidades promotoras de competições equestres

1964

- Decreto 53.534 de 05/02/1964 novo regimento da CCCCN com grande aumento das atribuições

1967

- Decreto 60.901 de 26/07/1967 vincula CCCCN ao MAPA

1967

- Decreto 61.792 de 19/11/1967 vincula CCCCN ao Min. Exército

1973

- Lei 5.971 de 11/12/1973 dispõe sobre atividades turfísticas e sobre o caráter de fomento das competições hípcas

1975

- Decreto 76.241 de 11/07/1975 retorna a CCCCN para a estrutura do MAPA

1977

- Decreto 80.831 coloca a CCCCN como órgão colegiado do MAPA

1984

- Lei 7.291 de 19/12/1984 mantém a CCCCN no MAPA e vincula ao Gabinete do Sr. Ministro

1988

- Constituição Federal: reordenamento jurídico brasileiro

1998

- Lei 9.649 de 27/05/1998 substitui a Lei 8.490 de 19/11/1992 e exclui a CCCCN como órgão colegiado mas mantém a competência

2000

- Decreto 3.527 de 28/07/2000 aprova estrutura do MAPA e coloca as atribuições da CCCCN para a Secretaria de Apoio e Des. Rural

2005 a 2016

- Decretos 5.351/2005, 6.348/2008, 6.464/2008, 7.127/2010, 8.852/2016, 8.701/2016 – mantem na área de fomento – SMC hoje

2017

- Obrigação legal permanece
- Estrutura para o trabalho desmontada
- Falta a divisão para suporte administrativo e legal
- Equipe nos estados sem alinhamento/capacitação
- Grande número de pendências processuais
- Risco de gestão por falta de capacidade de trabalho
- 16 JC em atividade regular
- Aproximadamente 30 para iniciar o processo de regulamentação

Proposta para reativação: atuação em 03 níveis:

## INSTITUCIONAL

- Declaração de apoio institucional (fator crítico de sucesso)
- Formação de equipe – treinamento, padronização, harmonização de procedimentos e planejamento do fomento
- Realização de Força Tarefa para encaminhamento dos processos nas duas instâncias de julgamento

## EQUIPE

- 01 D.A.S. 101.2 para criação da divisão de equideocultura
- 04 Auditores Fiscais Federais Agropecuários para procedimentos administrativos, fiscalização e fomento
- 01 técnico em contabilidade
- 01 apoio administrativo

## OPERATIVO

- Atualização do formato da CCCCN
- Revisão da base legal
  - Lei 7.291 de 19/12/1984
  - Decreto 96.993 de 17/10/1988
  - IN's 13 de 27/12/2002 e 48 de 08/09/2008
  - Portaria MAPA 680/1977

Muito Obrigado